

Identidade e turismo nos espaços rurais dos assentamentos de reforma agrária no Brasil

RAMIRO, Patrícia Alves Ramiro¹
DIAS, Isabela Marcantonio²

INTRODUÇÃO

No Brasil, os assentamentos rurais de reforma agrária somam 924.263 famílias, vivendo numa área total de 85,8 milhões de hectares em 3.551 assentamentos rurais dispersos pelo país. (INCRA, 2010)

Refletir sobre a reforma agrária traz consigo diversas questões mais amplas, como, por exemplo, a discussão da “dicotomia” campo/cidade, a desigualdade social no país, a aliança entre terra e capital, o surgimento e a atualidade dos movimentos sociais de luta pela terra, as políticas públicas para a agricultura familiar, o papel do Estado no mercado agrícola nacional.

Este olhar para a reforma agrária também resulta numa enorme quantidade de análises mais pontuais, como a busca pela compreensão das questões de gênero e de geração nestes espaços, a sociabilidade surgida a partir da implantação destes “novos territórios”, as condições de saúde e moradia, organização social (cooperativismo, associativismo e economia solidária), educação rural, direito agrário, entre outras, que servem (ou deveriam servir) para o embasamento das análises macro anteriormente mencionadas.

Em comum, apesar da amplitude de temáticas que podem estar diretamente relacionadas ao tema, há a busca geral pela resposta à pergunta comum a todos: que meio rural é este que se apresenta hoje no Brasil? Quem são as pessoas que ainda desejam nele permanecer ou, ao contrário, vêm no

¹ Professora Assistente Doutora da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Coordenadora do Laboratório de Estudos sobre Assentamentos Rurais. e-mail: patriciaramiro@rosana.unesp.br

² Bolsista de Iniciação Científica / PROPE UNESP do Projeto **Assentamentos rurais e renda: estudos de alternativas financeiras não agrícolas**, coordenado pela 1ª autora deste trabalho de julho a dezembro de 2010. Bolsista FAPESP desde janeiro de 2011, com projeto intitulado **Multifuncionalidade da agricultura e turismo: o caso dos assentamentos rurais do Mato Grosso do Sul**. Discente do Curso de Turismo da Unesp. e-mail: isaa.dias@gmail.com

retorno ao campo uma forma de amenizar as dificuldades enfrentadas numa vida de escassez vivida nas cidades?

Cada vez mais, predomina no meio acadêmico brasileiro a idéia de que se faz necessário evitar a confusão entre o agrícola e o rural, reduzindo o enfoque econômico, tratando assim enquanto espaço de vida, de sociabilidade. Todavia, menos que dar à questão da infraestrutura papel menor na determinação das outras esferas da vida social, acreditamos ser necessário o repensar e o redirecionamento dos olhares para as alternativas não-agrícolas que são adotadas como novas estratégias e/ou resgate de antigas práticas da população campesina.

Embora, como veremos adiante, no caso brasileiro, estas alternativas tenham a predominância do aspecto financeiro em suas motivações, ao tentarem reduzir a insatisfação com a política de preços e a dificuldade de acesso dos pequenos agricultores ao mercado, ainda assim, apresentam uma conotação simbólica de práticas sociais acopladas às histórias de vida das pessoas que vêm na permanência ou no retorno ao espaço rural uma alternativa para redução da situação de pobreza em que se encontravam.

Existe, atualmente, no pensamento sociológico produzido na América Latina como um todo, o consenso de que se faz necessário entender qual a melhor estratégia para o futuro da agricultura familiar? Fala-se da importância de acompanhamento do avanço no discurso das diversidades de formas familiares, através, principalmente, da compreensão do caminho das atividades não-agrícolas, ou seja, da pluriatividade.

Para o pesquisador mexicano, Hubert de Gramont (2010)³, cabe a pergunta se o que existe é uma nova ruralidade ou uma nova sociologia rural? Na realidade, conforme demonstra este pesquisador, esta nova ruralidade, na qual surgem novas relações entre o campo e a cidade, se mescla com a multifuncionalidade. Conceito este que teria um potencial explicativo descritivo interessante para a realidade atual do campo. Diferente da postura européia, na qual o Estado assume a responsabilidade de elevar a população rural às mesmas condições de vida da população urbana, na América Latina, vemos que o peso do Estado é bem menor.

³ Palestra proferida pelo pesquisador durante o VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural. América Latina: realineamentos políticos y proyectos en disputa, realizado no Brasil, em 2010.

Este recente paradigma de que o campo não pode mais ser visto como espaço do setor primário, i.e., não é mais sinônimo de agricultura, sendo nítido quando vemos que, no México, por exemplo, as atividades não-agrícolas já representam mais da metade da renda dos agricultores.

No caso do Brasil, quando falamos numa nova ruralidade, especialmente nos assentamentos rurais de reforma agrária, a condição de organização social em fase de estruturação e construção identitária é muito mais clara.

A reorganização do espaço rural através da implantação de assentamentos rurais vem, segundo diversas pesquisas, mostrando que, se analisado sob a ótica da conquista dos direitos sociais da cidadania, tais como: moradia, alimentação e saúde, as melhoras nas condições de vida desta população, segundo suas próprias representações sociais, são, em relação a situação anterior, significativas. Todavia, embora tenham, após o acesso a terra, o direito ao trabalho garantido, conseguir suprir as necessidades financeiras que este atual panorama do espaço rural impõe ainda é um desafio a ser vencido.

Este artigo analisa algumas formas alternativas de geração de renda não-agrícola inclusas no trabalho cotidiano em assentamentos rurais, com ênfase na implantação de atividades turísticas.

Optamos por *locus* da pesquisa assentamentos inseridos na região centro-oeste e sudeste do país, especificamente, a região sul do Mato Grosso do Sul e a região do Pontal do Paranapanema, no oeste do estado de São Paulo, próximas geograficamente e, nesta etapa, adotamos como forma metodológica a análise bibliográfica do material produzido nas universidades públicas destas localidades⁴.

Pluriatividade, Multifuncionalidade da agricultura e turismo

Os conceitos de pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura já norteiam o pensamento acadêmico dos países europeus, em especial, o

⁴ Este material faz parte da pesquisa desenvolvida pela autora, *Assentamentos Rurais e renda: estudo de alternativas financeira não-agrícolas*, com financiamento da Pró-reitoria de Pesquisa da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

francês, e vêm servindo para facilitar a compreensão da situação camponesa no contexto contemporâneo.

Como esclarece a antropóloga Maria José Carneiro (1998), o conceito inicial desta discussão foi o de “agricultura em tempo parcial”, utilizado na França durante o debate dos especialistas nas décadas de 60 e 70 do século XX, tendo o conceito de pluriatividade⁵, sido enfatizado apenas durante os anos 80, cuja principal distinção reside no sentido de um processo mais amplo e permanente que este último carrega. (CARNEIRO, 1998) Segundo esta autora, no caso francês:

As atividades complementares ou suplementares à produção agrícola exercidas por um ou vários membros de um grupo doméstico são reconhecidas tanto por aqueles que estudam a questão agrária quanto pelos agentes sociais aí implicados (agricultores e técnicos agrícolas) com a noção de pluriatividade. (CARNEIRO, 1998, p. 151)

Sendo assim, é importante compreendermos que a categoria pluriatividade é utilizada para designar situações e processos sociais heterogêneos, comporta outras formas de exploração sustentadas não apenas na agricultura, “mas na combinação com outros tipos de atividades econômicas dentro ou fora de uma mesma unidade doméstica”. (CARNEIRO, 1998, p. 149)

O conceito de pluriatividade mostrou-se bastante adequado porque, por exemplo, nem todas as atividades externas apresentam relação direta com a redução do tempo de trabalho na agricultura. Podemos dizer que uma definição mais completa do conceito de pluriatividade foi dada por Fuller (apud SCHNEIDER, 2009, p. 85), segundo o qual:

A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar (*home-based farming*). [...] A pluriatividade permite separar a alocação do trabalho dos membros das famílias e suas atividades principais, assim como permite separar o trabalho efetivo das rendas. Muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração. A

⁵ De acordo com Sergio Schneider (2009), o conceito de pluriatividade na agricultura familiar surge à partir da necessidade que a Comunidade Econômica Européia (CEE) notou-se que as unidades familiares rurais combinavam a agricultura com outras atividades não agrícolas, ou seja complementando a renda da família com uma outra atividade econômica.

pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécie e transferências).

Embora, a opção pelas atividades não agrícolas dependa de fatores que lhe são exteriores, como o mercado de trabalho não agrícola, depende também de decisões subjetivas (individuais ou coletivas) dos sujeitos que decidem adotá-las. De todo modo, tendem a apontar para o entendimento de que existe um desejo de garantir o direito à permanência no campo, mas com a reivindicação de garantia de uma qualidade de vida equivalente aos benefícios que percebem nas cidades.

Outro conceito, originado na França, importante para a compreensão do mundo rural atual é o de multifuncionalidade. Maria José Carneiro (1998) defende que a adoção do conceito francês de multifuncionalidade da agricultura familiar é pertinente ao estudo da realidade brasileira, não sendo apenas um modismo, como acreditam alguns. Isto porque se baseia em duas idéias centrais:

(...) a de que a compreensão da agricultura familiar como uma realidade complexa e multifacetária faz parte da já antiga e profunda tradição dos estudos sobre o campesinato e a agricultura familiar no Brasil. Em segundo lugar, a afirmação de que o reconhecimento do caráter multifacetário da agricultura se inscreve neste quadro de análise, reforçando os argumentos de defesa e legitimação da agricultura familiar. (CARNEIRO, 2003, p. 09)

O cerne da questão reside em compreender como se dá o recebimento das novas técnicas e quais são as práticas materiais e simbólicas adotadas para permanência no meio rural, i.e., como são reinterpretadas as experiências familiares e individuais que resultam em transformações sociais, dando formato às novas ruralidades do mundo contemporâneo.

Esta nova ruralidade comporta a adoção de novas práticas, sendo o turismo nestes espaços um possível vetor para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao mesmo, como: o fortalecimento das pequenas agroindústrias comunitárias, ampliação do mercado para os produtos

alimentícios artesanais fabricados pelos moradores locais (queijos, geléias, pães, etc) e para venda de artesanato local.

Outro resultado possível para a adoção do recebimento de visitação é a dinamização destes espaços através da necessidade da melhoria dos serviços oferecidos: estradas, atendimento de saúde, postos de correio, abastecimento de energia e água.

Desta maneira, concordamos com Schneider e Fialho (2000) ao afirmarem que:

(...) deve-se destacar que, no período recente, a definição do que se entende por 'espaço rural' vem sofrendo alterações, não só pelo crescimento da importância das atividades não agrícolas, que minaram a identidade do rural com a qualidade de vida. Além disso, o ambiente rural vem incorporando aspectos relacionados ao lazer e ao ludismo que, em grande medida, estão contribuindo para a redefinição de percepções simbólicas da população de extração urbana. (SCHNEIDER, FIALHO; 2000, p. 31)

Nesta perspectiva, o turista que se dirige ao ambiente rural vai à busca de atividade típicas realizadas no campo, podendo assim usufruir ou não de outros serviços agregados ao produto turístico.

Turismo no espaço rural dos assentamentos de reforma agrária

A discussão que permeia a área do turismo cresce significativamente no meio acadêmico, e modifica os modos de pensar, analisar e planejar a atividade. Paralelamente a essas circunstâncias, o turismo expande seu campo de atuação, se apropria de espaços e começa a difundir-se no cenário rural, seja nos setores sociais, econômicos e políticos, proporcionando assim o surgimento de novas atividades não-agrícolas, ligadas direta ou indiretamente a produção agrícola, muitas vezes decorrente da implantação de atividades turísticas. Segundo Schneider (2000), os pesquisadores do 'projeto Rurbano', coordenado por José Graziano da Silva:

(...) destacaram que, nas últimas duas décadas, o meio rural brasileiro vem registrando um aumento de atividades não agrícolas que até pouco tempo eram consideradas marginais, devido à pequena importância na geração de renda. Essas atividades

passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas, envolvendo agroindústrias, serviços, comunicações. Entre essas, pode-se destacar o turismo rural como uma das atividades indutora do crescimento de ocupações não agrícolas no meio rural. (SCHNEIDER, 2000, p. 31)

Assim, a atividade turística no espaço rural pode constituir-se numa forma de valorização do território, desde que tenha uma boa gestão, contribuindo para proteção ambiental e conservação do patrimônio natural, cultural e histórico destes espaços. Contudo, se esta for mal planejada e executada pode ser tornar uma atividade insustentável. (VIEGAS e RAYE, 2010).

Conforme definição de Beni (2003, p. 429), podemos afirmar que o turismo rural é a “definição dada ao deslocamento de pessoas a espaços rurais, em roteiros programados ou espontâneos, com ou sem pernoite para fruição dos cenários e instalações rurícolas”.

No cenário da atual economia rural brasileira, em alguns casos, a prática da atividade turística surge como uma alternativa de renda e de agregação de valor ao campo, apresentando características que possibilitem a integração entre as gestões locais, bem como o desenvolvimento sustentável.

Para que esse cenário de modificações no ambiente rural se concretize e desenvolva são necessárias políticas de apoio capazes de proporcionar a diversificação da economia, a geração de empregos e, conseqüentemente, renda, o oferecimento de oportunidades tanto para jovens como mulheres, a valorização de patrimônios, culturais, ambientais e naturais, bem como a comercialização do produto agrícola.

Viegas e Raye (2010) afirmam que as atividades não-agrícolas conquistam um espaço cada vez maior entre os agricultores familiares, uma vez que a agricultura tradicional não é mais suficiente para a garantia de sobrevivência dessas famílias.

A partir de então, o campo é visto como um destino potencial de implantação da atividade turística que envolve diferentes usos e significados, que respeita às tradições, oferece trabalho digno, bem como uma relação direta e amorosa com a terra e a natureza, tornando-se sinônimo de morada com simplicidade.

Todavia, é preciso evitar o pensamento do turismo como panacéia, afinal, nem são só impactos positivos que o desenvolvimento da atividade pode ocasionar. Quando o assunto é a prática do turismo em áreas de reforma agrária, o tema ainda é bastante recente e as dúvidas ainda são maiores que as afirmações sobre a viabilidade da implantação destas atividades.

Alguns dos principais temas que acreditamos necessitem de maior aprofundamento nestes locais são: a questão da propriedade pública da terra, a necessidade da organização social comunitária para prática adequada do recebimento de visitas, os altos custos da implantação da atividade, o formato atual da linha de crédito destinada para os mesmos (PRONAF Turismo Rural), a discussão acerca da hospitalidade como um modo de vida & introdução do capital como intermediador das relações sociais (caso do turismo), entre outras questões mais específicas, como segurança, por exemplo.

Contudo, nossas pesquisas têm apontado para a existência de visitas em alguns assentamentos rurais, as quais precisam, portanto, serem analisadas e compreendidas a fim de avançarmos nesta discussão. Sendo assim, um dos objetivos deste trabalho é apresentar os estudos sobre esta temática que foram localizados por nós, tendo como área de análise a região sul do Mato Grosso do Sul e o oeste paulista, na região conhecida como Pontal do Paranapanema.

Com mostra Souza e Hespanhol (2010), a discussão que existe acerca dos assentamentos rurais e as atividades desenvolvidas nestes espaços caminham para a descoberta de novos produtos e serviços como

a própria experiência de vida (por exemplo, a vida no assentamento), o saber-fazer expresso por meio dos alimentos produzidos (doces caseiros, queijos, pães etc), do artesanato (cestos, bordados manuais etc.) e a própria lida no campo, poderiam se constituir em possibilidades para que os assentados tivessem o turismo como uma alternativa de renda nos assentamentos pesquisados. (SOUZA e HESPANHOL, 2010, p.13)

Podemos, então, tratar a atividade turística enquanto uma área que *pode* contribuir e diversificar a renda gerada nos assentamentos rurais e ao mesmo tempo agregar valor as atividades já existentes, de modo que não as modifique. Porém, a implantação do turismo nestes locais, assim como em

outros, pode ou não ser aceita por parte dessa comunidade, uma vez que os interesses existentes entre as partes envolvidas e a contribuição esperada para o desenvolvimento social, político, econômico e ambiental, pode não atingir às expectativas de todos os moradores.

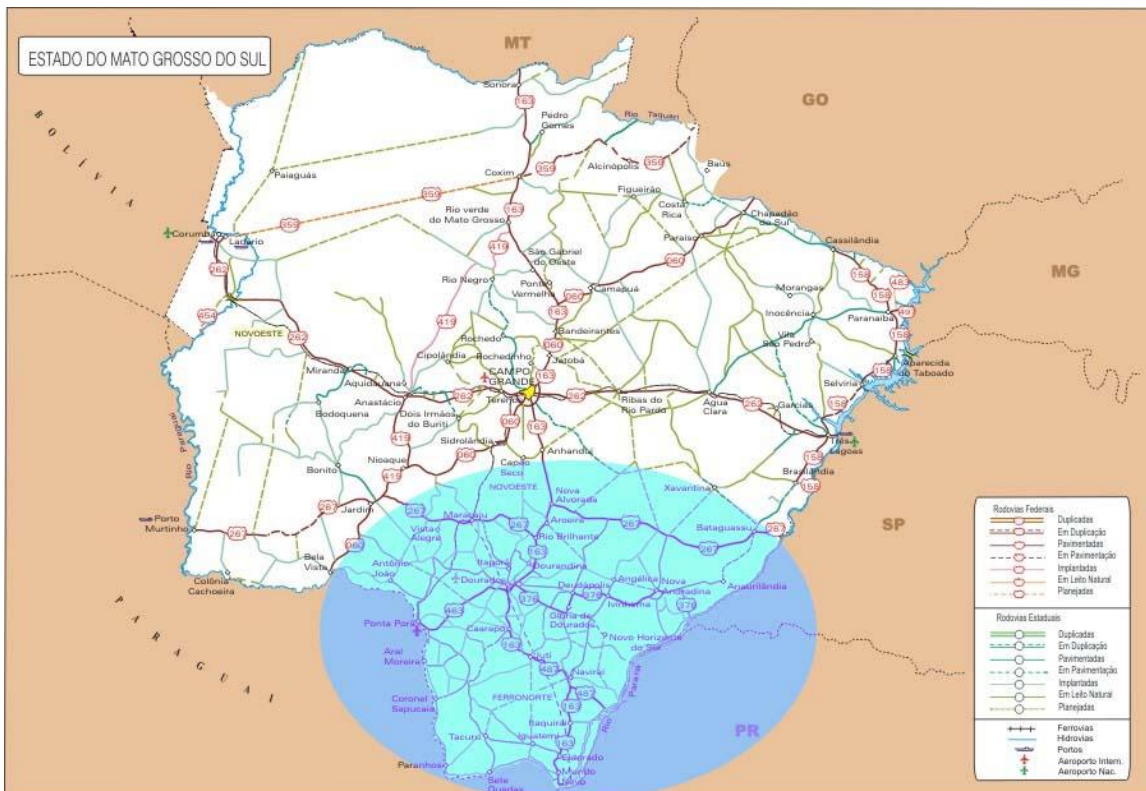
Nas visões “mais otimistas” sobre o turismo no espaço rural, temos a idéia de Almeida e Souza (2006) quando dizem que:

[...]o turismo cria oportunidades de ganhos e actividades de trabalho intensivo e em parte não especializado, compatível no imediato com níveis reduzidos de formação das populações locais; induz melhorias dos quadros de vida, das ofertas de serviços pessoais e sociais ou das acessibilidades, e uma maior funcionalidade (horários, acessos, estacionamento, sinalética); valoriza patrimônios, especificidades e identidades; estimula a preservação dos ambientes; o embelezamento dos territórios, um melhor ordenamento e a atractividade dos espaços; promove novas relações entre os actores locais e inter-regionais. (ALMEIDA; SOUZA; 2006, p. 89-90)

Nesta perspectiva, a atividade turística no espaço rural proporciona hoje a pluralidade de práticas e produtos devido à incorporação de novos segmentos e funções, bem como dos múltiplos recursos existentes para o seu desenvolvimento. Por outro lado, os discursos utilizados para a implantação e prática nestes ambientes seguem um discurso político e acadêmico que acaba muitas vezes por gerar expectativas exageradas e não condizentes com as realidades existentes. Assim, os mesmos autores (ALMEIDA; SOUZA; 2006) afirmam que o turismo tem gerado esperanças, por vezes exageradas, na constituição de estratégias para o desenvolvimento de áreas rurais.

Locus da pesquisa:

Visando compreender os impactos (positivos e negativos) que a implantação de atividades turísticas em áreas de reforma agrária pode ocasionar, na etapa atual de nossa pesquisa, realizamos um levantamento bibliográfico sobre este temática. Adotamos como local privilegiado de análise os assentamentos rurais de duas regiões brasileiras: a região do Pontal do Paranapanema, no extremo oeste do Estado de São Paulo, e a região sul do Estado Mato Grosso do Sul.



Mapa 2. Mapa de Localização da Região Sul do Estado do Mato Grosso do Sul. Fonte: Lims.2011.

Com base em dados da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” (ITESP), órgão responsável pela extensão rural e assistência técnica a estes espaços, existem quinze municípios na região do Pontal do Paranapanema que possuem assentamentos, sendo eles: Mirante do Paranapanema, Teodoro Sampaio, Rosana, Marabá Paulista, Presidente Epitácio, Euclides da Cunha Paulista, Caiuá, Rancharia, Sandovalina, Presidente Bernardes, Presidente Venceslau, Piquerobi, Martinópolis.

No caso do Mato Grosso do Sul, encontramos assentamentos rurais nos seguintes municípios: Corumbá, Nioaque, Bodoquena, Guia Lopes da Laguna, Chapadão do Sul, Bonito, Novo Horizonte do Sul, Jateí, Bela Vista, Paranhos, Dois Irmãos Buriti, Anastácio, Terenos, Nova Andradina, Ribas do Rio Pardo, Sidrolândia, Itaquiraí, Batayporã, Santa Rita do Pardo, Sonora, Ribas, Brasilândia, Nova Alvorada do Sul, Ponta Porã, Eldorado, Dourados, Jaguarí, São Gabriel D’Oeste, Bataguassu, Rio Brillhante, Paranaíba, Maracaju, Miranda, Ladário, Aral Moreira, Japorã, Iguatemi, Ivinhema, Paranhos, Campo Grande, Anaurilândia, Tacuru, Jardim, Mundo Novo, Caarapó e Três Lagoas. (INCRA, apud SILVA, 2004)

A partir do levantamento bibliográfico e das leituras realizadas foi possível constatar que a agricultura familiar não é mais tida como única fonte de renda, pois não é capaz de suprir as necessidades dessas famílias, sendo necessária à agregação de mais uma atividade seja ela no meio rural ou nas cidades próximas a esses assentamentos. (cf. ALMEIDA, 2003; LEITE, 2005).

No caso do estado do Mato Grosso do Sul, a prática turística foi de tema de estudos no assentamento Sul Bonito, localizado no Município de Itaquiraí, há 400 quilômetros da capital, Campo Grande. (MORETTI e SILVA, s/d)

O assentamento rural Sul Bonito foi implantado em 1996 e possui em dois de seus lotes uma praia fluvial, às margens do Rio Paraná. A “praia fluvial” que se forma é o principal atrativo considerado turístico na localidade, pois é procurado e utilizado por moradores e turistas da região.

Esta “prainha”, como é conhecida a praia fluvial apresenta infra-estrutura básica, água encanada, churrasqueiras, energia elétrica, vestiários, lanchonete, quadras de areia e área de camping, contudo, a área é ilegal e necessita de legalização para que demais atividades possam ser desenvolvidas tanto nesses dois lotes, como nos demais do assentamento Sul Bonito.⁶ A prática e o estudo da atividade turística neste espaço ainda está em fase inicial, pois há uma problemática maior envolvida, a desapropriação dessas áreas e a realocação dos assentados, contudo, há um fluxo de turistas principalmente na época da Itaquipesca, uma festa tradicional do assentamento destinada a pesca esportiva. (MORETTI e SILVA, s/d)

Quanto aos assentamentos localizados no Pontal do Paranapanema há uma gama de estudos que tratam do turismo nesta região, bem como sua possibilidade de implantação, por diversas vertentes de análise como as dinâmicas socioterritoriais e socioeconômicas, o uso e a aplicação de metodologias participativas e na perspectiva de preservação e conservação do meio ambiente⁷. Carneiro (2007, p.47) afirma que “nos assentamentos de

⁶ As informações aqui descritas foram retiradas do trabalho MORETTI, Edvaldo César; SILVA, Daiane Alencar da. **A territorialidade turística no assentamento rural Sul Bonito/MS: A influência da praia da amizade/Rio Paraná**. CD cedido pela autora;s/d.

⁷ Vários discentes do Curso de Turismo da Unesp- Campus Experimental de Rosana realizaram seus trabalhos de conclusão de curso no próprio município. Dentre os quais, destacamos: TEIXEIRA, Tiago José Grande. **Turismo de Pesca**, um Viés Para a

Rosana, Euclides da Cunha Paulista e Teodoro Sampaio não há atividades turísticas organizadas e já comercializadas adequadamente”. Em seu trabalho a autora propõe a implantação de roteiros turísticos no Assentamento Nova Pontal, localizado no município de Rosana e Portanto, conclui que é possível o desenvolvimento de atividades turísticas nesse espaço, embora sejam necessárias adaptações na infra-estrutura para recebimento adequado de turistas.

Educação Ambiental no Município de Rosana-SP: 2007. CARNEIRO, Luciana Pereira de Moura. **Proposta de implantação de dois roteiros turísticos no assentamento Nova do Pontal em Rosana, SP: análise das limitações e possíveis soluções:**2007. FRANK, Bartira Agatão. **Elaboração de um mapa turístico georreferenciado da “Trilha das Três Rampas” e do Balneário Municipal de Rosana-SP:**2007. KASHIWAGURA, Júlia Brandão. **Diagnóstico dos resíduos sólidos recicláveis no município de Rosana / SP - uma alternativa para o desenvolvimento turístico :** 2007. MARKIES, Suéllen Melina. **Avaliação ambiental das praias fluviais e das áreas de preservação permanente do município de Rosana – SP utilizando ferramentas de geoprocessamento visando adequá-las para utilização turística :** 2007. NICOLOSI, Raquel Marrafon. **Turismo responsável: uma alternativa para aproveitamento dos recursos naturais do município de Rosana-SP:** 2007. TAKARA, Tathiana. **Ecoturismo de base comunitária: programa de monitoramento participativo aplicado ao Projeto Natur (Natureza Turística de Rosana):** 2007. TEIXEIRA, Ana Célia de Castro. **Análise da demanda turística do município de Rosana - SP como base para propostas de investimentos no setor:** 2007. SANTOS, Daiana Aparecida dos. **Turismo e inclusão social: alternativas de geração de trabalho e renda no município de Rosana - SP:** 2007. YAGUI, Mirian Midori Peres. **A educação patrimonial como instrumento para o desenvolvimento do turismo cultural no município de Rosana - SP:** 2007. RALLO, Priscila Petri. **Proposta de educação ambiental e aperfeiçoamento do atendimento para os roteiros ecoturísticos do rio Paraná no município de Rosana - SP:** 2008. SILVA, Lucas Antonio Teixeira Pereira da. **Estudo de caso: turismo sexual em Rosana:** 2008. Além destes podemos acrescentar aqui PANDOLFI, Maira Angélica. **Turismo e Conflito por terra no Pontal.** In: 12º Encuentro de Geógrafos da América Latina – EGAL: Caminando en una América Latina en transformación, 2009, Montevideu-Uruguai. MOURA, Luciana Pereira de; VIZZACCARO-AMARAL, André Luís; THOMAZ, Rosângela Custódio Cortez . **Turismo rural: uma contribuição ao desenvolvimento nos assentamentos de Rosana-SP?** In: VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, 2006, Quito. SOUZA, Sérgio Pereira de; HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. **Dinâmicas socioeconômicas e possibilidades de implantação do turismo rural em assentamentos nos municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista e Teodoro Sampaio.** In: VII Congresso Brasileiro de Turismo Rural, 2010, Presidente Prudente. PEREIRA, Mayara Sarro. **As dificuldades e as oportunidades da associação para o turismo rural nos assentamentos do extremo oeste paulista.** In: VII Congresso Brasileiro de Turismo Rural, 2010, Presidente Prudente. RAMIRO, Patrícia Alves. **Metodologia Participativa e Turismo Rural.** In: VII Congresso Brasileiro de Turismo Rural, 2010, Presidente Prudente. RAMIRO, Patrícia Alves. **O papel da extensão universitária na área rural na região do Pontal do Paranapanema.** In: VII Congresso Brasileiro de Turismo Rural, 2010, Presidente Prudente. MARTINS, Mayara R. **Turismo e Jovens Assentados.** In: VII Congresso Brasileiro de Turismo Rural, 2010, Presidente Prudente. RAMIRO, Patrícia A.; MELO, Amanda F.; DE MARCO, Lara; MATHEUS, Ingrid L.; NOMURA, Mayara L.; IGNÁCIO, Camila D.; REZENDE, Fernando R. **Turismo Rural em área de assentamento: uma experiência prática.** In: VII Congresso Brasileiro de Turismo Rural, 2010, Presidente Prudente. RAMIRO, Patrícia Alves. **Propriedade da terra & turismo em assentamentos rurais.** In: VIII CITRUEDES, 2010, Porto Alegre.

Nessa mesma região, no município de Presidente Bernardes constatamos que há um assentamento, Água Limpa, onde a atividade não-agrícola é uma alternativa para dinamizar e fortalecer a produção familiar. Miralha (2006) em sua pesquisa constatou que o desenvolvimento dessas atividades, tanto no campo, como na cidade, está relacionado à baixa renda proveniente da agropecuária. Entre as atividades não-agrícolas desenvolvidas no assentamento, o autor destaca a comercialização de queijos e doces produzidos no próprio lote, as profissões de técnico agrícola e agente de saúde.

Conclusões

No Brasil, ainda estamos na fase inicial de pesquisas que aprofundem e tragam à tona quais as alternativas não agrícolas que são adotadas, especialmente, quando o *locus* da pesquisa são os assentamentos rurais de reforma agrária, caso deste trabalho.

Em geral, o turismo em assentamentos rurais, embora possa abrigar uma multiplicidade de tipologias do mesmo, tendem, devido ao ambiente sócio-cultural e ambiental presentes, à prática da implantação do agroturismo, valorizando assim, o plantio e as criações animais do local. Tal tipologia mostra-se a mais adequada principalmente porque vai de encontro à manutenção da função social da terra, privilegiando a manutenção da produtividade (agrícola e animal) no meio rural.

Outra modalidade turística que talvez possa ser propícia às áreas de reforma agrária é a implantação do turismo pedagógico, cujo principal objetivo seria a desmistificação do sujeito social presente nos assentamentos, cuja imagem propagada pela mídia brasileira é extremamente estigmatizada. O objetivo maior deste tipo de atividade seria a divulgação dos assentamentos rurais enquanto modo de vida que resulta de trajetórias familiares e individuais de situação de carência e exclusão vividas anteriormente na cidade ou mesmo no campo.

A prática do turismo nestes espaços aparece não apenas como uma atividade não-agrícola capaz de gerar renda, mas também como forma de preservar e compartilhar as culturas existentes nesses espaços seja essas, de

cultivo e plantio, de festas ou de crenças religiosas. Assim, a atividade turística passa a ser uma ferramenta de contribuição para o desenvolvimento, social, político e econômico desses espaços. Contudo, as realidades que se encontram são um tanto quanto distintas e merecem ser “disciplinadas” para que não haja a apropriação do espaço rural e a exclusão dos próprios moradores.

E, para encerrar, voltamos a afirmar que este é um estudo introdutório e que a temática ainda precisa de mais pesquisas que visem compreender as práticas materiais e simbólicas dos assentados na luta pela permanência na terra. Ainda é bastante precoce e “imprudente” utilizarmos exemplos bastantes contextualizados para refletirmos sobre a implantação de atividades turísticas em áreas de reforma agrária.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re) criação camponesa no Mato Grosso do Sul.** 390f. Programa de Pós-graduação (Doutorado) - Unesp, Presidente Prudente, 2003

CARNEIRO, Luciana Pereira. **Proposta de Implantação de dois roteiros turísticos no assentamento Nova Pontal em Rosana, SP:** análise das limitações e possíveis soluções. Trabalho de Conclusão de Curso. - Unesp, Rosana, 2007.

Instituto de Terras do Estado de São Paulo. **Assentamentos:** situação quanto à localização municipal. Disponível em: <<http://www.itesp.sp.gov.br/info/acoes/assentamentos.aspx>>. Acesso em: 13 de fev. de 2011

LEITE, Ademir Cavalheiro. **A dinâmica econômica e o desenvolvimento social no assentamento Campanário em São Gabriel do Oeste no Estado de Mato Grosso do Sul.** 106 f. Programa de Pós-graduação Multiinstitucional em Agronegócios (consórcio entre a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Universidade de Brasília e a Universidade Federal de Goiás) (Mestrado) - Departamento de Economia e Administração, UFMS, Campo Grande, 2005.

LIMGS. **Mapa Rodoviário do Estado do Mato Grosso do Sul.** Disponível em: <http://www.limgs.com/blog_lucas/mato_grosso_sul/mapas/ms_rodoviario.jpg>. Acesso em 06 mar. 2011

MIRALHA, Wagner. **A organização interna e as relações externas dos assentamentos rurais no município de Presidente Bernardes-SP.** 199 f.

Programa de Pós-graduação em Geografia, Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico (Mestrado) - Unesp, Presidente Prudente, 2006.

MORETTI, Edvaldo César; SILVA, Daiane Alencar da. **A territorialidade turística no assentamento rural Sul Bonito/MS**: a influência da praia da amizade/Rio Paraná. CD cedido pela autora.

SILVA, Tânia Paula da. **As formas organizacionais de produção dos camponeses assentados no município de Batayporã/MS**. 165 f. Programa de Pós-graduação (Mestrado) - Unesp, Presidente Prudente, 2004.

SINDICATO DOS ÁRBITROS DE FUTEBOL DO ESTADO DE SÃO PAULO.
Mapa Rodoviário do Estado de São Paulo. Disponível em:
<<http://www.safesp.org/Especiais/sprodoviario.gif>>. Acesso em 06 mar. 2011.

SOUZA, Marcelino de; ALMEIDA, Joaquim Anécio. **Turismo Rural**: Patrimônio, cultura e legislação. Santa Maria: FACOS/UFSM, 2006.

SOUZA, Sérgio Pereira de; HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. Dinâmicas Socioeconômicas e possibilidades de implantação do turismo rural em assentamentos nos municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista e Teodoro Sampaio-SP. In: **VII Congresso Brasileiro de Turismo Rural**. Presidente Prudente, 2010.

TULIK, Olga. **Turismo Rural**. 2. ed.; São Paulo: Aleph, 2003.

VIEGAS, Luciana P.; RAYE, Roberta L. O turismo e o despertar do sentimento de pertença em comunidades rurais. In: **VII Congresso Brasileiro de Turismo Rural**. Presidente Prudente, 2010.